

# **A soja na tríade: Estado, sociedade e natureza. Interesses sócio-econômicos x sustentabilidade ambiental no Cerrado Brasileiro.**

Correia de Souza Junior, Benizário<sup>1</sup>; Vasconcelos Nascimento, Reinaldo<sup>2</sup>; Marques Neto, Raul<sup>3</sup>; Dias dos Santos, Núbia<sup>4</sup>.

## **Resumo**

O Cerrado brasileiro é composto por cerca de um quarto do território nacional, estando presente em dez estados da região central do país, (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Rondônia). Possui cerca de um terço da biodiversidade brasileira e 5% da mundial. Atualmente restam apenas cerca de 20% da vegetação original preservada<sup>5</sup>.

A ocupação do Cerrado se configurou de forma semelhante ao restante do território brasileiro, implantando diversas formas de exploração (mineração, criação de gado, rizicultura etc.), todas voltadas ao interesse do Estado e das classes dominantes, diferenciando-se das demais regiões, apenas pelo seu caráter lento e pontual. Porém, com a introdução da monocultura de soja, o processo de ocupação e exploração se torna mais acelerado e nocivo ao bioma e as populações nativas, ocupação essa, totalmente legitimada e financiada pelo Estado.

A produção de soja alcança nos dias atuais uma representatividade notável na economia brasileira, sendo responsável por boa parte do PIB (Produto Interno Bruto). Tendo assim ampliado suas fronteiras de produção, estando hoje em quase todo Cerrado, provocando o agravamento das problemáticas sociais, intensificando o processo de expropriação e representando um enorme risco a conservação do nicho ecológico que nele se encontra, diminuindo sua diversidade riquíssima e dando espaço apenas aos interesses do capital e seus representantes.

**Palavras-chave:** Soja; Cerrado; Estado; Sustentabilidade Ambiental.

**Trabalho N°. 6067**

## **6 – Problemáticas dos espaços agrários**

### **La soja en la triad: Estado, la sociedad y la naturaleza. Intereses socio-económicos x sostenibilidad ambiental en el Cerrado Brasileño.**

## **Resumen**

EL cerrado Brasileño se compone de aproximadamente una cuarta parte del territorio nacional, está presente en 10 estados miembros de la región central del país, (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Rondônia). Tiene aproximadamente un tercio de la biodiversidad brasileña y 5%. Hoy en día

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia Licenciatura/ Universidade Federal de Sergipe: benizariojunior@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Geografia Licenciatura/ Universidade Federal de Sergipe: [reigeo@bol.com.br](mailto:reigeo@bol.com.br)

<sup>3</sup> Graduando em Geografia Licenciatura/ Universidade Federal de Sergipe: raulgeo1@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Doutoranda em Geografia/ Universidade Federal de Sergipe: nubiadi@ig.com.br

<sup>5</sup> 1,9 milhões de km<sup>2</sup> (fonte: Almanaque Brasil socioeconômico)

hay sólo alrededor del 20% de vegetación original conservados.

La ocupación del Cerrado como en el resto del territorio Brasileño, implantando diversas formas de explotación (mineración, ganado, arroz etc.), todos dirigidos a los intereses del Estado y una clase particular de la sociedad, diferenciando sólo por su carácter lenta y puntual. Sin embargo, con la introducción del monocultivo de soja el proceso de ocupación y explotación es más acelerado y nocivo al bioma, siendo esta totalmente legitimado y financiado por el Estado.

La producción de soja alcanza hoy una representatividad perceptible en la economía Brasileña, siendo responsable por buena parte del PIB (Producto Interno Bruto). Habiendo así ampliado sus fronteras de la producción, y es presente hoy en casi todo Cerrado, causando el agravamiento de los problemas sociales, intensificando el proceso de expropiación y representando un gran riesgo a la conservación del nicho ecológico del lugar, reduciendo su diversidad y riqueza dando espacio sólo a los intereses del capital y sus representantes.

**Palabras llaves:** Soja; Cerrado; Estado; Sostenibilidad Ambiental.

**Trabajo N°. 6067**

## **6 – Problemática de los espacios agrários**

### **Introdução**

O presente trabalho visa discutir e analisar os processos de ocupação e transformação realizados no cerrado brasileiro, a partir da inserção da soja. As investigações estão pautadas no entendimento e questionamento da dinâmica regional brasileira, levando em consideração as questões econômicas, sociais, regionais e ambientais.

A elaboração da pesquisa está inicialmente assentada na composição do arcabouço teórico em literaturas voltadas para o entendimento do papel do Estado no processo que envolve a relação contraditória, desigual e predatória entre sociedade e natureza, que se materializa no cerrado brasileiro. Tal processo tem ocorrido ao longo do tempo nessa região, principalmente relacionado à produção da monocultura da soja.

Para melhor entender e refletir sobre a problemática que envolve a pesquisa em tela, recursos cartográficos foram utilizados, buscando visualizar como ocorre a expansão da soja na região e os impactos sócio-ambientais oriundas da mesma. Dados estatísticos, operacionais e financeiros, foram coletados em órgãos oficiais como o IBGE( Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento )e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária ), buscando compor um quadro da organização do espaço regional e com base nestas informações compreender a dinâmica, a abrangência e gravidade do problema.

A lógica de exploração voltada para atender aos interesses de uma camada pontual da sociedade vem mercantilizando a natureza. Há fragilização sócioambiental em nome de ganhos econômicos que devem ser analisados tendo em vista que toda a população principalmente e/ou mais especificamente a brasileira especialmente a que reside na região, paga um alto preço pela destruição em processo do bioma cerrado. Assim, em nome da chamada modernização agrícola e justificada pelo equilíbrio da balança comercial, o Estado promove uma política de degradação.

Entendemos que em nome do chamado desenvolvimento e para dar conta do aspecto eminentemente econômico, um povo, uma região e um bioma são aviltados e ameaçados. Este é o preço a ser pago para que o Brasil continue despontando no cenário internacional como um dos maiores produtores de soja e de grãos do mundo, reafirmando contraditoriamente a

sua condição de subserviência na divisão internacional do trabalho.

## **1 - CARACTERIZAÇÃO E PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO CERRADO BRASILEIRO**

O Cerrado brasileiro é composto de cerca de um quarto do território nacional, e dois fatores são apontados para justificar a sua ocupação tardia: o primeiro relacionado à sua vasta extensão territorial e o segundo a distância do litoral, área responsável pelo desenvolvimento das atividades econômicas no Brasil desde o período da invasão do território pelos Portugueses, e que perdurou até praticamente o início do século XX. Compõe dez estados da região central do país, (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Rondônia). (figura 1). Segundo o Almanaque Brasil Socioeconômico, o bioma cerrado possui cerca de um terço da biodiversidade brasileira e 5% da mundial, é considerado um dos maiores detentores de CO<sup>2</sup> e CO do planeta. O cerrado brasileiro está cotado atualmente como o bioma mais ameaçado do mundo, contendo apenas cerca de 20% da vegetação original preservada.

**(Figura 1)**  
**Mapa do Brasil**  
**Cerrado brasileiro - 2008**



Fonte: [www.mre.gov.br/2008](http://www.mre.gov.br/2008)

A ocupação do Centro Oeste (e conseqüentemente a do Cerrado) manteve os mesmos

princípios daqueles existentes nas regiões já consolidadas do Brasil, caracterizando-se pela concentração de terra, ocupadas visando à obtenção de reserva de valor, a partir da renda da terra. Foi uma ocupação pontual, genocida, refletindo os interesses de Portugal e especializada em grandes propriedades monocultoras exportadoras. Estas ao longo do processo histórico vão se consolidar como propriedades privadas e absolutas da terra.

Assim, deu-se início a ocupação do cerrado, pelos movimentos de bandeiras que tinha por missão a dominação do espaço e a captura de índios, como também a descoberta de novas riquezas naturais que impulsionassem a economia da metrópole. Afirma Velho (1976) que o bandeirante foi a mais notável figura da expansão fronteiriça brasileira, porém utilizavam métodos na expansão nada louváveis, tais como a extinção de etnias indígenas.

Esta ocupação fez-se via transporte fluvial, por várias bacias hidrográficas, principalmente a do rio Paraguai, sendo criado assim o primeiro eixo de penetração ao interior brasileiro. Ainda em meados do século XVII, porém, encontravam-se algumas barreiras naturais, como as cachoeiras, entre outras, mas para além dessas as mais expressivas eram as barreiras diplomáticas.

Segundo Aragão (1990) a primeira tentativa de inserção no território da região Centro Oeste que se têm registros, data do século XVI, por jesuítas espanhóis com o intuito de “catequizar” os índios da região, mas a hostilidade dos mesmos os expulsaram. Entretanto considera-se que essa resistência caracterizou a revolta contra o processo de expropriação que aí se iniciava. Ele segue sua explanação afirmando que no primeiro século de ocupação que vai da segunda metade do século XVII, ao final do século XVIII, o principal produto explorado era o ouro, seguida pela atividade de pecuária extensiva primitiva. Com a perda de expressividade da mineração do ouro, a economia praticamente tornou-se nula, restando apenas à criação de gado com poucas técnicas modernas de manejo e a agricultura de subsistências, essa cultivada nas baixas dos chapadões onde havia uma fertilidade natural. Os animais utilizados eram trazidos pelos portugueses e cultivavam-se algumas plantas na sua maioria da Índia, Malásia e de Portugal, sendo que a principal técnica agrícola era o *bursh amd burn*<sup>6</sup>.

O crescimento populacional do cerrado se fez de maneira bem diferente do das demais regiões do Brasil, pois não estava pautada nos processos de migrações, e sim no crescimento vegetativo, por falta de uma atividade econômica estável, o que a tornou lenta e gradativa, provocando um grande vazio demográfico, perceptível até os dias atuais. As antigas cidades da região, praticamente todas criadas na corrida do ouro, serviam apenas como centros irradiadores da religião Católica, setores administrativos, e reserva de mão-de-obra para as fazendas das redondezas.

Segundo Aragão (1990) esse quando pouco dinâmico se perpetuou por mais de duzentos anos, vindo a ter fim com a implantação de novas técnicas que controlavam o pH ácido dos solos e a efervescência do mercado mundial por produtos agrícolas e ampliado pela implantação de Brasília. Esse fato abriu espaço para a massificante penetração do capital no Cerrado, representados por burocratas bem-sucedidos, que em um primeiro momento inseriram espécies de capins melhoradas, não dando chances de reprodução das espécies nativas como o capim branco.

Para Martins (1995) a expulsão camponesa inicial das terras litorâneas utilizadas na produção agrícola nos primeiros ciclos econômicos brasileiros (cana-de-açúcar e café) proporcionou a ocupação mais a oeste, pois era a forma mais provável de conseguir áreas ainda não ocupadas pelos fazendeiros do litoral. A ocupação camponesa tem como primeiro processo a instalação das roças, estas perduram até que cheguem à região fazendeiros e estes obriguem pela força e coação os camponeses a migrarem para áreas mais a oeste. Assim essa

---

<sup>6</sup>. Coivaras (linguagem local), utilização do fogo, como cultura rústica ou popularmente caipira. (ARAGÃO, 1990).

expansão se caracterizava motivada por dois projetos distintos e conflitantes: de um lado, a busca dos camponeses pela ocupação da terra de morada e de trabalho, a implantação de um projeto de vida, movido pela liberdade de plantar e colher os frutos do seu próprio trabalho e da sua família. E aliado a este, a expansão dos conflitos sociais tendo em vista que na trajetória camponesa atravessa o latifundiário, movido pela ganância, em se apropriar das terras camponesas, indígenas, e explorar e expropriar tudo e todos, visando à obtenção da renda da terra mediante a exploração exacerbada e pela violência. O Cerrado brasileiro reflete o cenário brasileiro e do capital mundo na medida em que compõe uma sociedade dividida e diferenciada na qual a lógica do lucro e da exploração buscam a todo custo suplantar a lógica da vida, da dignidade e da convivência com a natureza.

Com o declínio das atividades econômicas iniciais (mineração e pecuária extensiva) entra em cena a monocultura de soja, e o processo de ocupação e exploração desse espaço se torna mais acelerado e danoso, tanto para as parcelas das populações menos abastadas (índios e camponeses), quanto ao riquíssimo bioma ali encontrado, o cerrado. Configura-se um cenário específico do modelo de organização social em curso: o mundo é palco das incertezas, do mundo fluido capitalista. As novas atividades agrícolas implantadas culminaram não só na expulsão do indígena e camponês de seus meios produtivos, mas também se inicia o processo de aculturação e de marginalização dessas populações.

Aquilo prenunciava para muitos deles o “fim do mundo”; com o fato iria “ocorrer” quinze anos depois, com a substituição dos antigos padrões pelos novos; a incerteza do clima e as lutas de “clãs” tradicionais, traduzidas, diga-se de passagem, por dois grandes romances pelo maior escritor da região, cedendo lugar agora a incerteza do seu próprio futuro, como grupo humano diferenciado e consciente do seu isolamento em relação ao restante do país. (ARAGÃO, 1990. p 164.).

## **2 - SOJA: INSERÇÃO E PROLIFERAÇÃO PELO CERRADO**

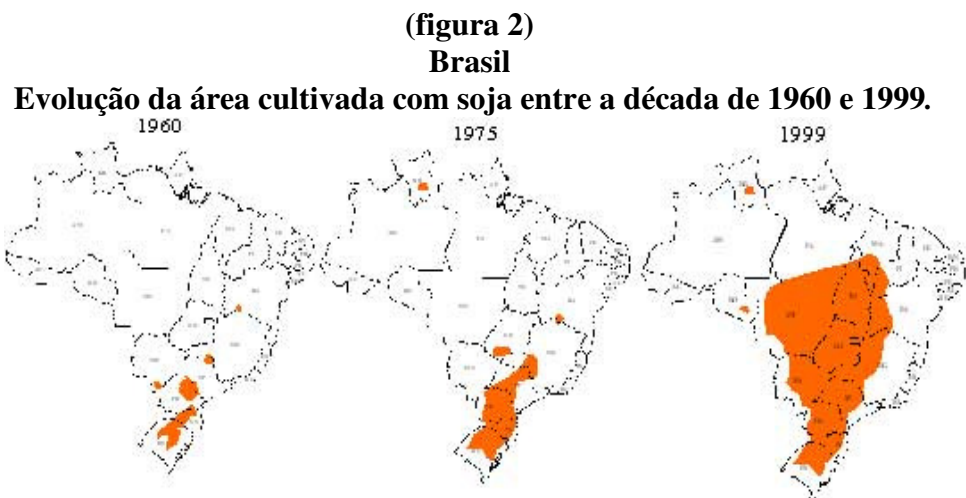
Depois da decadência do ciclo do ouro no Cerrado brasileiro no fim do século XVIII, a atividade econômica de proporções regionais era a criação de gado de corte, de maneira extensiva com raças rústicas sem nenhum melhoramento genético e sempre utilizando grandes latifúndios. Para Becker e Egler (1998) a introdução de gado no Centro-oeste pode ser relacionada à vegetação aberta de savana, apropriadas a esses fins, já que as terras de florestas foram originalmente destinadas para a agricultura, canavieira e cafeeira, porém havia também uma agricultura, mas essa era de caráter familiar de subsistência com poucos excedentes e técnicas simples, vindo a se tornar mais importante posteriormente, com a introdução do arroz em Goiás, que se tornou fornecedor de alimentos para os grandes centros urbanos.

Andrade e Iadanza (1997) nos revelam que com a evolução das técnicas de pecuária as pastagens nativas deram espaço às plantadas, principalmente à espécie de baquearia, consociadas com o plantio de arroz, sendo esse um dos maiores financiadores da pecuária, proporcionado à introdução de raças melhoradas como a Nelore. Porém a pecuária não se apresenta uniforme em todo Cerrado e em quantidade expressiva, ela se encontra nas áreas mais ao sul, principalmente nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ainda hoje a pecuária tem uma importância muito grande nessas regiões, mas com a melhoria das técnicas do plantio de soja ele vem perdendo boa parte de suas áreas. Pecebe-se que a pecuária não atua de forma isolada em relação à produção de soja, ela apresenta-se como carro chefe do processo de ocupação e desmatamento da vegetação nativa, cedendo o espaço para a soja algum tempo depois, configura-se assim em um conjunto de atividades, extremamente nociva a natureza.

Para Velho (1976) novas modalidades agrícolas só puderam ser implantadas devido à expansão de nossas fronteiras políticas, indo muito além das plantations litorâneas, e dos limites do tratado de Tordesilhas.

A rápida expansão da área cultivada, abrindo inclusive a fronteira ecológica dos cerrados para agricultura, seria impossível sem o melhoramento genético, a tecnificação maciça dos tratos culturais e a grande escala das plantas de beneficiamento. A soja é um produto da nova fase da agricultura brasileira, onde o complexo agroindustrial assume o papel preponderante na moldagem do espaço rural. (BECKER e EGLER, 1998. p. 195 e 196.).

A soja chegou ao Brasil pelo Rio Grande do Sul e se alastrou rapidamente para o norte, alcançando Santa Catarina, Paraná e São Paulo, impulsionada pela ótima aceitação no mercado externo, chegando ao Cerrado ainda no final da primeira metade do século XX, mas tendo seu “boom” a partir dos anos 80. A princípio a produção de soja manteve-se na área original, mas nos anos 90 ela rompeu definitivamente a barreira do cerrado estando hoje em quase todo bioma, (figura 2), favorecida pelo clima e relevo, que oferecia condições adequadas para o cultivo, o que resultou para a realidade contemporânea o cerrado brasileiro ser responsável por mais de 50% da produção nacional e 13% da produção mundial. A cadeia produtiva da soja é de suma importância para a economia brasileira, considerada como principal fonte de proteína para a indústria da alimentação animal, constata-se também que a produção de soja tem crescido de forma suficiente para atender a demanda total por esse produto. (PINAZZA, 2007).



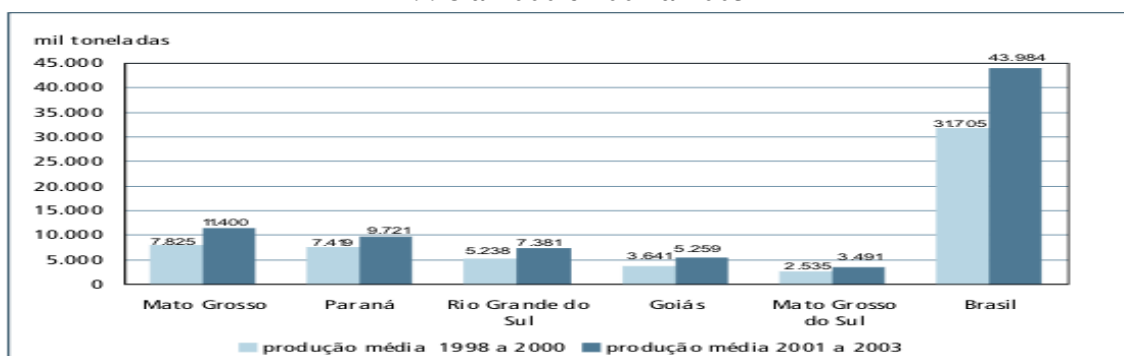
Fonte: Embrapa/2003.

A soja se destaca pelo seu valor nutricional de alta qualidade protéica assemelhando-se à da carne bovina, leite e ovos, o que a tornaria viável do ponto de vista ecológico pelo menor consumo de recursos naturais, além dos inúmeros benefícios a saúde humana, principalmente para a mulher, com o controle da menopausa, e com a menor oxidação das células. No entanto, o que se questiona é a maneira como esta produção está sendo realizada, se desenvolvendo dentro de uma lógica de exclusão e de degradação ambiental o que se configura no mínimo como uma contradição.

A soja se apresenta como uma das poucas culturas que não encontra barreiras alfandegárias na União Européia, isso foi predeterminado pelos Estados Unidos no Plano Marshall, na época o mesmo era o maior produtor de soja do mundo e nos dias atuais disputa esse liderança com o Brasil. Devido a diversos fatores, principalmente o econômico a soja se apresenta no panorama nacional, como um dos mais importantes produtos de exportação

brasileiro. A maior parte dessa produção se encontra no Centro-oeste, representado por Mato Grosso, Mato Grosso do sul e Goiás, Isso não se deve apenas ao aumento da área plantada, mas também ao aumento da produtividade, com a difusão de tecnologia, insumos, técnicas, inseticidas, assim como os próprios transgênicos. A figura 3 apresenta quantitativamente de que maneira a produção de soja está distribuída nos principais estados produtores e o total produzido no Brasil, assim como sua crescente produção em toneladas entre os anos de 1998 e 2003.

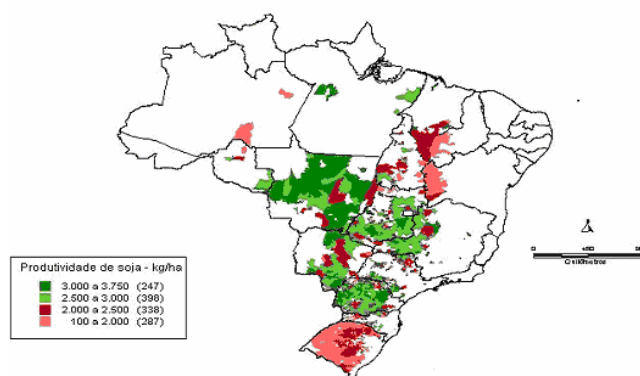
(figura 3)  
**Brasil**  
**Produção de soja e principais estados produtores**  
**1998 a 2000 e 2001 a 2003**



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal /2008

Becker e Egler (1998) revelam-nos que hoje encontramos novas fronteiras agrícolas para a soja, com o desenvolvimento da agricultura mecanizada. Este cultivo adentra com rapidez no território Amazônico entre outros, o que só agrava os problemas de desmatamento, porém os fazendeiros não inserem este produto de início nas terras desmatadas, o gado é quem abre o caminho para posteriormente vir o cultivo da soja. A economia brasileira cresceu, e continua crescendo, através de uma impressionante capacidade de se apropriar rapidamente de novas terras. Podemos perceber de maneira mais adequada a espacialização da produtividade da soja no território a partir da observação da figura 4, quando então constatamos o potencial produtivo do cerrado.

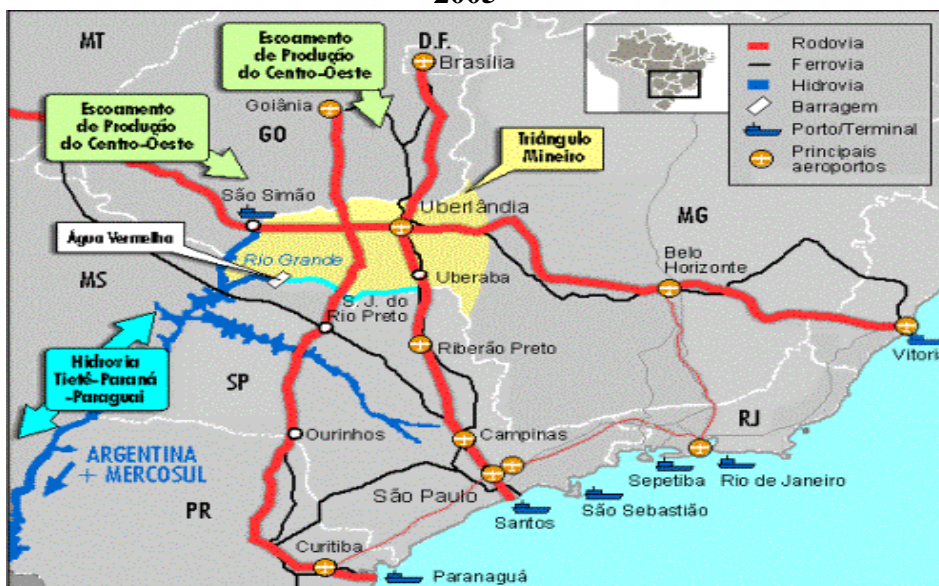
(figura 4)  
**Brasil**  
**Produtividade da soja em kg/hectare.**  
**2002**



Fonte: PAM-IBGE/2005

Um fato que colabora e muito na expansão da soja é a implantação de corredores dinâmicos de escoação de produção expressa na figura 5. A existência de tais corredores, facilita a retirada da soja das fazendas, por vias rodoviárias principalmente, ligando as áreas produtoras diretamente com o Porto de Santos-SP, por onde quase toda produção brasileira é exportada.

(figura 5)  
Brasil  
Mapa rodoviário: Região Centro-oeste  
2005



Fonte: [www.geocities.com/2005](http://www.geocities.com/2005)

Segundo Alves (2002) todo o processo de expansão da soja sobre o cerrado não se deu ao acaso. Tal processo resulta da política econômica promovida pelo Estado que atuou financiando, legitimando, beneficiando e protegendo os grandes produtores. O Estado brasileiro sempre esteve presente e atuante neste cenário, em defesa dos grandes latifundiários da soja, pouco se importando com as precariedades sociais ou com o meio ambiente. Assim o Estado brasileiro, enquanto detentor do poder central busca elaborar estratégias de intervenção no espaço a fim de garantir os pressupostos da acumulação capitalista, promovendo a homogeneização do espaço nacional para produção e reprodução do capital. Cria modelos sistemáticos de planejamento que não levam em consideração as populações locais, projetando o “desenvolvimento” sem levar em consideração as questões sociais e ambientais. Tal processo tem historicamente resultado em uma via de mão dupla. Por um lado promove a dinâmica econômica do país, pautada no favorecimento dos detentores dos meios de produção e os grandes latifundiários, por outro lado esfacela, fragiliza e fatura a sociedade brasileira, promove a desigualdade social e regional ao tempo em que degrada os recursos naturais, tornando a natureza em mais uma mercadoria.

A soja se configurou nessas duas últimas décadas como o principal produto agrícola brasileiro estando em quase todo território nacional, sendo de fundamental importância na balança comercial, responsável por 35% das exportações totais brasileiras<sup>7</sup>, dando ao Brasil a posição de segundo maior produtor do mundo, como mostra a figura 6, ficando atrás apenas dos EUA. Essa notável representatividade só foi possível devido a massificação da inserção tecnológica, a apropriação irracional do cerrado e o apoio do Estado. De acordo com Pinazza

<sup>7</sup> EMBRAPA, 2004.



(2007) Atualmente, os produtos derivados da soja, compõem o mais complexo e organizado sistema agroindustrial brasileiro, gerando divisas da ordem de US\$ 9,5 bilhões em 2005<sup>8</sup>, contribuindo significativamente para o superávit na balança comercial.

### **3 - O ESTADO BRASILEIRO: MAESTRO DO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO DA TERRA NO BRASIL, E REGENTE DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA**

O processo de invasão do território brasileiro ocorreu sob a égide do capital mundo, sendo o Estado português responsável pelas diretrizes a serem postas em prática, a fim de garantir a soberania portuguesa sobre a organização socioeconômica territorial que se processaria deste então. Nesse sentido o Estado tem atuado visando atender as necessidades do capital, favorecendo seus grandes representantes e barrando as possibilidades de melhorias nas condições e qualidade de vida para os oprimidos.

O Estado tem interferido na estrutura agrária brasileira que se mantém engessada desde o período da invasão do território. Oficialmente exclui os pobres e oprimidos impedindo que os mesmos se tornem proprietários de terra no Brasil, quando promulga a Lei de Terras de 1850. Esta é a prática muralha erguida para barrar à ascensão dos pobres a condição de proprietário de terras, ao tempo em que permite que os latifundiários sejam donos absolutos da terra. Afirma Becker e Egler, (1998) que a terra tornou-se, então de domínio público, patrimônio da nação, só podendo ser adquirida mediante compra direta do governo, o que refletiu na propriedade brasileira, escravocrata e latifundiária. O Estado continuou durante as décadas seguintes estritamente ligado com as questões agrárias, pois quase toda a economia girava em torno da monocultura-escravista de exportação, exploradora dos recursos naturais abundantes e geradora de uma forte exclusão social.

O Estado reproduziu suas políticas mantenedoras no meio rural através do clientelismo, aplicado pelos coronéis, sempre ligado direta ou indiretamente com o poder público, garantindo assim sua permanência no poder político principalmente no Nordeste e no Centro-oeste. O “clientelismo”, instrumento para obter votos através de trocas de favores e bens públicos atingiu níveis sem precedência na história brasileira, em grande parte porque as formas tradicionais de fidelidade eleitoral estavam atreladas à propriedade privada da terra. Assim, o apadrinhamento e a prestação de favores garantiam ao “coronel” o poder da máquina estatal, visto que ele representava o poder executivo, judiciário e legislativo.

Apesar do Brasil sempre ter sido eminentemente um país agroexportador, depois da crise de 1929, concretizada a falência dos grandes fazendeiros de café, sua representatividade no setor se tornou bastante modesta, principalmente devido às políticas administrativas do Estado Novo getulista estarem voltadas para a proliferação da indústria nacional (esse foi o primeiro momento na história brasileira em que o Estado não esteve integralmente agindo em prol do setor agrário).

A agricultura brasileira voltou a ter uma importância após a segunda guerra mundial, principalmente pelas necessidades de produtos de alimentação básica da Europa que se encontrava basicamente toda destruída. Segundo Velasco (1987/1988) foi a partir dessa necessidade, a possibilidade de grandes lucros e as boas condições do mercado externo (em parte garantido pelo plano Marshall) que surgiu o interesse dos grandes latifundiários, assim como também da parte do Estado representado por esses, na implantação e expansão da monocultura de soja, essa sempre estando bem representada por uma expressiva bancada, tanto na Câmara como no Senado federal, fato esse que transforma o Estado numa peça

---

<sup>8</sup> MAPA, 2005.

essencial para a expansão do sistema, fundindo capital privado e público em um só, assumindo as garantias da produção da soja.

Para Leite (2001) o Estado passa então a ser o planejador, tanto no que se refere à produção da soja, como no acalento das lutas de classes, beneficiando sempre o latifundiário e legitimando a intensa exploração das populações nativas e camponesas, e do meio ambiente, mas ideologicamente assumindo uma posição acima da sociedade, sendo que teria a função de organismo “neuro”. Esse autor pondera ainda que com as garantias do Estado, a agricultura de soja, torna-se mais comercial e capitalista que nunca, sendo subsidiada desde a plantação até a comercialização, transformando o bioma Cerrado em um dos principais meios de acumulação, o configurando na divisão regional do trabalho como fornecedor de recursos naturais agrícolas, dominado pelas empresas agromercantis do Sudeste. Esse Estado latifundiário capitalista intensifica suas políticas de incentivo com o plano de metas proposto por Juscelino Kubitschek em meados da década de 50, e amplia a ocupação do Cerrado com a implantação da nova capital, Brasília, iniciando a mais devastadora forma de ocupação humana em um bioma que o Brasil já viu.

Com o golpe militar de 1964 se expandem as estratégias de dominação sobre a região Centro-oeste. Andrade e Iadanza (1997) afirmam que foram ampliados e criados programas de incentivo do crescimento econômico e “propulsor do desenvolvimento social”, tais como a comissão de desenvolvimento do Centro-oeste em 1961, que foi transformada em Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste (SUDECO), o Programa de Desenvolvimento do Centro-oeste (PRODOESTE) em 1971. Em seguida dá-se a implantação do PIN (Programa de Integração Nacional), e especialmente o POLOCENRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal), os últimos causando grandes alterações ambientais e sociais.

Tais programas injetaram grandes quantidades de capital na região, porém apropriados de maneira inadequada pelos grandes fazendeiros e políticos (que muitas vezes se confundiam), desviando os fundos públicos para propriedades particulares, não chegando à sua finalidade, não subsidiando o camponês, que ainda enfrentava o problema das altas tributações da terra, forçando então a vendê-las aos seus vizinhos latifundiários. Além desses programas financiarem diretamente a produção privada assumiram por muitas vezes os riscos climáticos adversos e da variação do mercado garantindo o lucro permanente na produção de soja, o que provocou um círculo vicioso de exploração e miséria, financiada pelo poder público e vindo a beneficiar apenas produtores da monocultura de soja.

Todos esses programas e projetos não tinham nenhum tipo de preocupação com o ambiente ou com aqueles que aí viviam. Pelo contrário, são inúmeros os exemplos que acusam essas políticas como sendo responsáveis diretas por assolarem os recursos e dizimarem populações. Elas continham as diretrizes gerais de integração e expansão do território brasileiro, e, de alguma forma, eram complementares aquelas destinadas a intensificação dos sistemas de produção. (ANDRADE e IADANZA, 1997 p.177).

Em síntese o Estado não só subsidia a produção de soja, mas também a proliferação da miséria, tanto na zona rural como na zona urbana agravada pelo êxodo, e a expansão do capital representado pelo modo de produção agro-exportador-monocultor que destrói freneticamente o Cerrado, em busca do lucro.

## 4 – AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS ORIUNDAS DA MONOCUTURA DA SOJA

Apesar da pequena quantidade de investigações no campo acadêmico, diz Carvalho (2005) que a ocupação do cerrado pelas monoculturas de soja atingiu tanto a biodiversidade do bioma ambiental quanto a diversidade etnocultural, pois não se encontravam aí vazios demográficos que vieram ceder espaços à monocultura e sim há diversas comunidades indígenas e camponesas que ali viviam e produziam há muito tempo.

O crédito subsidiado e a isenção de impostos para a agropecuária facilitaram por demais, a concentração da terra em grandes propriedades. Os pequenos proprietários se deslocaram, então, para as precárias áreas de vertentes, na tentativa de manterem uma agricultura de subsistência, nas reduzidas manchas de terras férteis ainda existentes, e uma pecuária leiteira, na grande maioria, traduzidas no sistema tradicional, pouco eficiente, e com intensificação lenta. A expansão da produção de grãos proporcionou, então, a marginalização dos pequenos proprietários. Aqueles que falharam no desenvolvimento das atividades em áreas de relevos acentuados, migraram para o perímetro urbano. (BICKEL, 2004. p.65.).

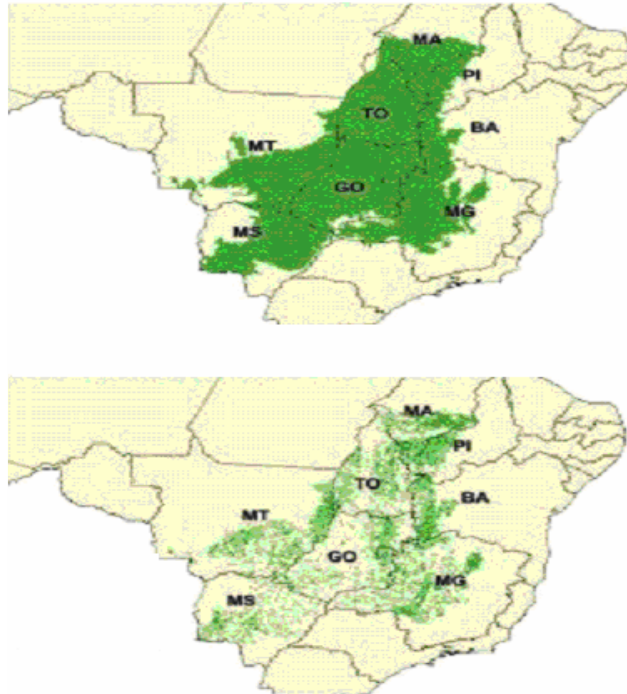
O êxodo rural reflete o processo de expropriação da terra camponesa, sendo oriunda do aval do Estado capitalista, provocando altos níveis de miserabilidade não só no campo como também nas grandes cidades brasileiras, agravando como um todo a precariedade social. Quando uma área agrícola é convertida para um sistema de cultivo mecanizado, como na produção da soja, a população nativa é expulsa, sua fauna e flora são destruídas e são gerados inúmeros problemas de sustentabilidade e de ordem social. Afirma Bickel que para cada trabalhador que encontrou emprego no cultivo da soja, 11 agricultores foram deslocados e devido a essa expulsão em Mato Grosso, o número de trabalhadores rurais sem terra e de pobres urbanos cresce continuamente.

O moderno sistema agrícola implantado no Cerrado segundo Carvalho (2005), provoca uma grande pressão sobre os sistemas camponeses, configurando uma nova forma de distribuição territorial e fundiária, tal realidade impõe limites a atividade agrícola camponesa, restringindo-a nos vales, o que leva a um problema de sustentabilidade pela superexploração das encostas e vazantes, erradicando a biodiversidade e baseia-se no extrativismo predatório, o que já pode ser notado pela diminuição da cobertura vegetal nativa do cerrado (figura 8), a diminuição da umidade de todo o bioma, o alto grau de assoreamento das bacias fluviais e o desaparecimento de muitas espécies vegetais e animais.

...o Cerrado é um ecossistema singular, com uma biodiversidade única, que está sendo gravemente ameaçada: Está qualificado como a savana mais rica do mundo, com 4.400 espécies endêmicas, num total de 10.000 espécies vegetais.

Os múltiplos subsídios públicos fornecidos para a produção da soja estimulam a substituição da vegetação nativa por vastos monocultivos. ... os projetos de infraestrutura previstos novamente no próximo Plano Plurianual estimulam a produção da soja aumentando,conseqüentemente, o desmatamento em algumas regiões como Itacoatiara (Amazonas), Santarém (Pará) e no norte de Mato Grosso, por onde passa a rodovia BR-163159. As condições de trabalho no desmatamento são péssimas e, geralmente, abaixo dos padrões brasileiros e daqueles preconizados pela Organização Internacional de Trabalho. (BICKEL, 2004. p.65.).

(figura 8)  
Brasil  
Área de distribuição original do Cerrado e remanescente de vegetação nativa em  
2002



Fonte: [Conservação Internacional/2005](#).

Devido a baixa produtividade dos solos do cerrado, para que a atividade agrícola da soja venha a dar bons lucros se faz necessário grandes extensões de terra. A produção de soja em alta escala requer enormes investimentos, em maquinário pesado, preparação do solo e insumos agrícolas, entretanto a geração de empregos na mesma é muito baixa, sendo controlada por grandes empresários do agribusiness bem-sucedidos. A consequência da expansão da soja mecanizada está associada a uma concentração extrema de terras e de renda, o que tem repercussões sociais negativas na sociedade local e global.

Ao contrário do grande empresariado agrícola, as populações nativas e camponesas, possuem uma grande identidade cultural com o cerrado, vivendo de forma sustentável, retiram dali a maior parte da sua renda e alimentos, aplicando a policultura próxima as suas residências e utilizando da atividade extrativista para complementação alimentar, aproveitando os recursos naturais existentes como a pesca, caça, coleta etc. muitas vezes de forma primitiva como nas sociedades pré-colônias, apenas uma pequena parte desses produtos tem um fim comercial, a maior parte é para a própria subsistência. (Carvalho, 2005).

Na concepção de Câncer Pomar que são muitos os fatores sociais, políticos e culturais que influenciam nas interações entre os sistemas humanos e os naturais, havendo um escasso entendimento entre o confronto sócio-ambiental no mundo, alguns amplamente conhecidos, como é o caso da população, tecnologia e crescimento econômico, outros nem tanto assim e ainda pouco debatidas, como as instituições e os valores sociais. Assim, a pobreza surge com grande expressividade no processo de degradação geral, social e ecológico.

Para além dos problemas relacionados ao desmatamento, à poluição por agrotóxicos e à segurança alimentar, revela-mos Bickel (2004) a existência de conflitos abertos relacionados à expansão da soja, que estão vinculados estreitamente com a má distribuição da terra e da

renda, esses são caracterizados pela grilagem e especulação de terras, que implica na irregularidade da aquisição de terras e tendo como função a reserva de capital, não sendo utilizado como meio produtivo. Outros exemplos de conflitos fundiários em torno da soja referiram-se aos pequenos produtores e ecossistemas que estão sendo atingidos pelos grandes projetos de irrigação, hidrovias e barragens para escoamento da produção de soja. Um outro conflito que gira em torno da soja é o embate da demarcação dos territórios legais indígenas, pois as terras tradicionalmente utilizadas por esses povos estão sendo desmatadas e ocupadas pelo complexo agroindustrial da soja. O aumento do uso de agrotóxicos causa a poluição da água (lagos, rios e lençóis freáticos) problema que se agrava pelo fato do cerrado abrigar as nascentes das três principais bacias hidrográficas brasileiras, Amazonas, São Francisco e Paraná/Paraguai, além de guardar em seu subsolo boa parte do aquífero Guarani. A consequência do uso indiscriminado de agrotóxicos leva a diminuição da fertilidade do solo e o seu envenenamento.

Complementa Bickel (2004) que com a intensificação tecnológica na produção de soja vêm gerando nos dias atuais novos impactos ambientais até então não experimentados pelo cerrado, a inserção do cultivo de transgênicos, provocando a chamada poluição genética; a perda de biodiversidade, tanto entre variedades agrícolas, quanto de espécies que vivem no ambiente agrícola, mas que não trazem danos às plantações. O impacto ambiental da poluição genética é incontrolável e irreversível, sendo impossível retornar a cultivos camponeses e indígenas tradicionais. O aumento do uso de agrotóxicos, muito provavelmente virá a acarretar vários problemas, como o desaparecimento de várias espécies de insetos e outros animais, afetando a cadeia alimentar e a biodiversidade dos ecossistemas.

Para Carvalho (2005) a partir do momento em que a produção agrícola camponesa não se sustenta no pressuposto capitalista, é vista como insustentável e sem viabilidade econômica, porém o campesinato parte das perspectivas microeconômicas, fundamentadas na família e seu sustento.

A história do campesinato no Brasil configura-se na luta pelo espaço, na economia e sociedade, já que o mesmo é negado pelas elites agroindustriais e pelo Estado. Entretanto a luta pela terra apresenta-se de forma desigual e injusta, no confronto direto entre a necessidade dos camponeses de permanecer existindo enquanto classe, e o interesse do capital, de acumulação de riquezas.

Aranha (1999) nos mostra que para que uma sociedade seja de fato sustentável, é necessário estabelecer os princípios de sustentabilidade, esses não só limitando-se a natureza e sim a sociedade como um todo, assim para que se um dia possamos a ela chegar, devemos partir de uma proposta econômica diferente pautada não no lucro e sim no sustento de nossas necessidades e bem estar geral.

...trata-se de um novo modelo de desenvolvimento, que busca compatibilizar o atendimento das necessidades sociais e econômicas do ser humano com as necessidades de preservação do ambiente, de modo que assegure a sustentabilidade da vida na terra para as gerações presentes e futuras. (DIAS, 2004 p.12.)

Uma outra proposta ecológica é a do desenvolvimento sustentável que aparece de forma interessante, e chega a ser implantada com sucesso em algumas pequenas comunidades, sempre sem fins lucrativos, porém o capital se apropria dessa idéia, a desvirtualiza e propaga-a na ótica do capital, apresentando a natureza como meio de reserva de recursos naturais para explorações futuras, ou ainda a executa na forma de simples monoculturas de árvores, vendendo-nos a idéia de reflorestamento, e responsabilidade ambiental, não passando de marketing comercial.

Segundo Bickel (2004) no Brasil, existem aproximadamente cinco milhões de famílias sem terras, ou suas terras são insuficientes para trabalharem e produzirem seu sustento básico.

Em torno de 200.000 famílias vivem em acampamentos, se alimentando por meio de doações ou fazendo serviços esporádicos, para comprar um pouco de comida. Em contrapartida, existem 166 milhões de hectares de terras que permanecem improdutivas, não cumprindo com sua função social, que são adequados para assentamentos de Reforma Agrária. Portanto, a realização de uma verdadeira Reforma Agrária como previsto também na Constituição de 1988 é pré-requisito para desconcentrar a terra, democratizar as políticas agrícolas, baseada no direito humano. O êxito econômico, chefiado pela produção de soja, se contradiz com nossa realidade social, pois somos hoje o maior exportador mundial de soja e uma das dez economias mais potentes do mundo, e ainda vivemos e convivemos com a fome e a miséria.

## **Considerações finais**

Tendo em vista as reflexões advindas com base nas problemáticas levantadas nesse trabalho, questionamos se cultivo da soja apresenta saldo positivo ou não levando em consideração o confronto entre as benevolências e as mazelas proporcionadas pela maneira como esta atividade vem sendo desenvolvida, dentro de uma lógica de mercado, a partir da intervenção do Estado. O Estado, prima pelo desenvolvimento de políticas públicas que trazem como desdobramento a exclusão social e a degradação do ambiente, apresentados como ônus para que o Brasil persiga o ranking de maior produtor mundial deste cultivo, cujo destino principal é alimentar animais para neles agregar valor e tenha como consumidor final pessoas que dispõem de renda suficiente para tal. Seria realmente a soja produzida no cerrado brasileiro nas condições apresentadas a solução para alimentar o mundo? Será que toda população brasileira é beneficiada com a expressiva quantidade de dinheiro resultante como lucro da sojicultura? E o Estado capitalista excludente está representado por quem e para quem?

Não propomos a retirada do cultivo da soja do cerrado brasileiro ou de qualquer outra parte do Brasil ou do mundo. A nossa reflexão pauta-se na mudança de paradigmas, tanto nas questões econômicas e sociais, quanto ambientais. Assim devemos romper com os princípios capitalistas, que mercantilizam tudo e todos, priorizando a produção desenfreada do lucro obtido com a exploração social e ambiental e passamos a priorizar a vida, utilizando os conhecimentos advindos do meio técnico científico e informacional para proporcionar a satisfação das necessidades humanas de forma horizontalizada.

A mudança de mentalidade, de paradigma, passa obrigatoriamente pela mudança na visão de mundo dos seres humanos. Mudança nos valores, nos símbolos e significado que a vida e os seres vivos passem a ter, assim como a relação do homem com o seu igual e destes com a natureza do qual faz parte, mas teima em se afastar, ou tê-la apenas e tão somente enquanto mercadoria. A produção de alimentos precisa ser vista como de fato é: produção de alimentos e pode e deve servir ao seu propósito maior: alimentar as pessoas indistintamente. A mudança de paradigma é condição imprescindível para que de fato possamos alcançar/viver em uma sociedade justa, mais humana, mais igualitária. Uma sociedade onde a vida, o ser humano, seja prioridade e bem acima de qualquer outro.

Tais mudanças de paradigmas precisam ser implantadas e discutidas em sociedade com a finalidade de concretização não de idéias ou ideologias, mas uma proposta de uma sociedade mais Justa, igualitária e com espaços físicos e abstratos para todos.

## Referencias Bibliográficas

- ALMANAQUE Brasil Socioambiental*. São Paulo, 2005.
- ALVES, G. A. . *O processo de globalização e a importância do lugar e da região*. In: VI Congresso brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiânia. cd rom dos anais do VI congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia : AGB, 2004.
- ANDRADE, Manoel Pereira de ; IADANZA, Enaile do Espírito Santo. *Pantanal – Notas Sobre o Desenvolvimento Econômico e Ambiental*. IN, SHIKI, Shigeo; SILVA; José Graziano; ORTEGA, Antônio César (Orgs). *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado*. Uberlândia, Editora UNICAMP, 1997.
- ARAGÃO, Luis Tarley de. In. PINTO, Maria Novaes. *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. Brasília-DF: Editora UNB, 1990.
- ARANHA, Valéria Leite. *Desenvolvimento e meio Ambiente*. Revista CB Júris – ano I – n° 2 – junho/1999.
- BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio A. G.: *Brasil: Uma nova organização mundial na economia-mundo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 1998.
- BICKEL, Ulrike. *Brasil: Expansão da Soja, Conflitos Sócio-Ecológicos e Segurança Alimentar*. Universidade de Bonn, Alemanha, Faculdade de Agronomia, Tese de Mestrado em Agronomia Tropical, 2004.
- CÂNCER POMAR, Luís Antônio. *La Degradación y la porteción Del Paisaje*. Madrid, editora Cátedra, 1999. (Tradução Dr. José Wellington Carvalho Vilar).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A Democracia Necessária*. Campinas: Papyrus 1985.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *O Campesinato no Século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DIAS, Genebaldo Freire, (Org). *Ecopercepção: Um Resultado Dialético dos desafios socioambientais*. São Paulo, Gaia, 2004.
- DIAS, Marilza do Carmo Oliveira, (Org). *Manual de Impactos Ambientais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.
- GALVÃO, Marília Velloso, (Org). *Geografia do Brasil, Grandes Regiões: Centro-oeste*. Rio de Janeiro; IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- LEITE, Sérgio, (Org). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: editora UFRGS, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PINTO, Maria Novaes, (Org). *Cerrado: Caracterização, Ocupação e Perspectivas*. Brasília-DF, editora UNB, 1990.
- PINAZZA, Luiz Antônio, (Coord.). *Cadeia Produtiva da Soja. Brasília*. IICA, MAPA/SPA, 2007.
- VELASCO, Lana Cavalcante. *Divisão Regional do Brasil a Partir da Divisão Regional do Trabalho*: Goiânia: editora UFG, 1987/1988.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Rio de Janeiro, editora Difel, 1976.
- SITES;
- [www.colegiosaofrancisco.com.br](http://www.colegiosaofrancisco.com.br) 09/09/2008
- [www.conservation.org.br](http://www.conservation.org.br) 09/09/2008
- [www.zoonews.com.br](http://www.zoonews.com.br) 10/03/2008
- [www.scp.rs.gov.br](http://www.scp.rs.gov.br) 15/10/2008
- [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br) 15/10/2008
- [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br) 15/10/2008
- [kplus.cosmo.com.br](http://kplus.cosmo.com.br) 19 20/10/2008
- [www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br) 16/01/2009
- [www.trabalhandoarte.info](http://www.trabalhandoarte.info) 16/01/2009